

Consórcio
Energético
Cruzeiro do Sul

**Informações financeiras
intermediárias em
31 de março de 2016**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	6
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	7



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone 55 (41) 3544-4747, Fax 55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Ao
Conselho de Administração e Quotistas do
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e a respectiva demonstração dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias com base nas práticas contábeis estabelecidas no manual contábil "Normas e Procedimentos Contábeis - NPC" do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul ("manual"). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis estabelecidas no manual contábil "Normas e Procedimentos Contábeis - NPC" acima mencionado.

Curitiba, 13 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.03.2016	31.12.2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	82.983	80.460
Créditos com consorciadas	5	54.085	56.664
Créditos entre consorciadas	6	17.000	5.653
Créditos das consorciadas	7	51.650	51.454
Outros créditos		<u>4.509</u>	<u>4.042</u>
Total do ativo circulante		<u>210.227</u>	<u>198.273</u>
Não circulante			
Créditos das consorciadas	7	590.036	596.868
Imobilizado	8	1.541.590	1.556.450
Intangível	9	<u>22.419</u>	<u>22.632</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.154.045</u>	<u>2.175.950</u>
Total do ativo		<u><u>2.364.272</u></u>	<u><u>2.374.223</u></u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	54.085	56.664
Débitos com consorciadas	11	87.492	84.502
Débitos entre consorciadas	12	17.000	5.653
Financiamentos	13	49.443	49.315
Concessões a pagar	14	<u>2.207</u>	<u>2.139</u>
Total do passivo circulante		<u>210.227</u>	<u>198.273</u>
Não circulante			
Financiamentos	13	515.116	525.143
Concessões a pagar	14	26.573	25.862
Provisão para contingência	15	48.347	45.863
Quotas de consorciadas	16	<u>1.564.009</u>	<u>1.579.082</u>
Total do passivo não circulante		<u>2.154.045</u>	<u>2.175.950</u>
Total do passivo		<u><u>2.364.272</u></u>	<u><u>2.374.223</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2016	31.03.2015
Variações nos ativos e passivos		
Redução ao ativo intangível	213	212
Redução ao ativo imobilizado	14.860	14.860
Redução de créditos com/das consorciadas	9.215	24.282
(Aumento) de créditos entre consorciadas	(11.347)	-
(Aumento) de outros créditos	(467)	(408)
Aumento de débitos com consorciadas	2.990	2.288
Aumento de débitos entre consorciadas	11.347	-
(Redução) de fornecedores do consórcio - dívidas das consorciadas	(2.579)	(2.878)
(Redução) de financiamentos	(9.865)	(11.802)
(Redução) encargos financeiros	(34)	(110)
(Redução) de quotas de consorciadas	(15.073)	(15.072)
(Redução) aumento de provisões para contingências	2.484	(10.263)
Aumento de concessão a pagar	779	771
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	2.523	1.880
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	2.523	1.880
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	80.460	72.511
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	82.983	74.391

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul é um empreendimento constituído por meio de contrato celebrado em 28 de novembro de 2006 pelas Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel Geração e Transmissão) (51%) (empresa líder) e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul) (49%). Em 10.10.2006, por meio do Leilão de Energia Nova Aneel nº 004/06, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica de Mauá, com potência instalada de 363 MW, com prazo de 35 anos a partir de 03.07.2007, data da assinatura do contrato. O empreendimento é constituído por uma casa de força principal de 352 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 363 MW de potência instalada, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região Centro - Leste do Estado do Paraná.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas no manual contábil da Entidade denominado "Normas e Procedimentos Contábeis - NPC" as quais não exigem a divulgação da demonstração das mutações do patrimônio líquido e da demonstração de resultado, tendo em vista que para a natureza da Entidade (consórcio) não existem receitas e despesas próprias a serem apresentadas (vide nota 3.f).

3 Sumário das principais práticas contábeis - NPC

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Ativos e passivos circulante e não circulante

Os ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização. Os passivos, circulante e não circulante, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

Demais ativos circulante e não circulante

Os demais ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada. Os bens do imobilizado são contabilizados pelo valor total de aquisição, devendo corresponder às respectivas participações das Consorciadas Copel (51%) e Eletrosul (49%), conforme determina a Portaria Aneel nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela

Resolução Aneel nº 015, de 24 de dezembro de 1997. No passivo não circulante, na rubrica Quotas de consorciadas, consta a contrapartida do mesmo valor, de acordo com os percentuais de participação de cada Consorciada.

Os encargos financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, conforme nota explicativa 8.f..

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados conforme o método definido pelas Consorciadas. O reflexo da depreciação calculada pelas Consorciadas é reconhecido nas quotas das respectivas consorciadas, conforme nota explicativa 8.g..

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado, como mudança de estimativas contábeis.

d. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

e. Concessões a pagar - uso do bem público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é efetuado na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato e correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). O registro inicial origina um passivo (obrigação da Entidade) e um ativo intangível (direito de concessão), o qual está refletido na rubrica Quotas de consorciadas. Posteriormente, o passivo é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados e o intangível amortizado pelo prazo de concessão.

f. Receitas e despesas

A receita de venda de energia elétrica, assim como os custos operacionais da Entidade, são registrados contabilmente diretamente nos livros contábeis das Consorciadas, exceto pela depreciação que é registrada como redutora das Quotas de Consorciadas, conforme nota explicativa 8.g. e dos rendimentos das aplicações financeiras que são registrados como créditos em débitos com as consorciadas, conforme nota explicativa 4. Em função destas práticas, a Entidade não apura demonstração de resultados.

g. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração de fluxo de caixa da Entidade demonstra exclusivamente as variações das contas patrimoniais do Ativo e Passivo.

h. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Entidade não adotou essas alterações na preparação destas informações financeiras intermediárias. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada através da atualização do seu manual contábil “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC”.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Entidade está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios)
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41)
- IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, base para a elaboração do manual contábil do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC”.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2016	31.12.2015
Caixa	11	11
Aplicações financeiras	<u>82.972</u>	<u>80.449</u>
	<u>82.983</u>	<u>80.460</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Substancialmente, as aplicações financeiras foram efetuadas em CDBs, cuja remuneração é atrelada à variação do CDI, realizadas em instituições financeiras consideradas de 1ª linha. Conforme estabelecido no manual contábil “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” os rendimentos das aplicações financeiras são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas na rubrica Débitos com consorciadas.

5 Créditos com Consorciadas

	31.03.2016	31.12.2015
Copel Geração e Transmissão S.A.	27.386	28.701
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>26.699</u>	<u>27.963</u>
	<u>54.085</u>	<u>56.664</u>

Referem-se às aquisições por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas. No passivo circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Fornecedores” até que tais débitos sejam liquidados.

6 Créditos entre Consorciadas

	31.03.2016	31.12.2015
Copel Geração e Transmissão S.A.	3.572	2.482
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>13.428</u>	<u>3.171</u>
	<u>17.000</u>	<u>5.653</u>

São créditos mantidos com as Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A., referentes às aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos repasses dos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como são gastos registrados que foram efetuados pelas Consorciadas no empreendimento UHE Mauá e que farão parte do encontro de contas. No passivo circulante constam os mesmos valores contabilizados em “Débitos entre Consorciadas” até que tais débitos sejam liquidados.

7 Créditos das Consorciadas

	Circulante		Não circulante	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Financiamentos BNDES - Copel	23.818	23.753	248.111	252.941
Financiamentos BNDES - Eletrosul	25.625	25.562	267.005	272.202
Provisão para contingências - Copel	-	-	24.657	23.390
Provisão para contingências - Eletrosul	-	-	23.690	22.473
Concessões a pagar - Copel	1.109	1.075	14.751	14.363
Concessões a pagar - Eletrosul	1.098	1.064	11.822	11.499
	<u>51.650</u>	<u>51.454</u>	<u>590.036</u>	<u>596.868</u>

A rubrica agrupa os valores dos encargos financeiros e principal a serem pagos dos Contratos de Repasses de Recursos do BNDES, as provisões para contingências e os valores da outorga onerosa da concessão, pelo uso do bem público. No passivo circulante e não circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Financiamentos”, “Provisão para Contingências” e “Concessões a Pagar”.

8 Imobilizado

	31.03.2016		31.12.2015	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	151.920	(16.323)	135.597	136.885
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	(90.184)	734.988	741.971
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	(25.120)	204.549	206.504
Máquinas e equipamentos	524.235	(58.626)	465.609	470.227
Moveis e utensílios	1.058	(211)	847	863
	<u>1.732.054</u>	<u>(190.464)</u>	<u>1.541.590</u>	<u>1.556.450</u>

Os valores contabilizados nas rubricas do Imobilizado estão assim representados:

- a. **Terrenos:** Custos de indenização aos proprietários das áreas desapropriadas.
- b. **Reservatórios, barragens e adutoras:** Custos de construção do reservatório, barragem, adutoras e vertedouros.
- c. **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Custo das edificações permanentes destinadas ao abrigo, suporte e proteção de propriedades ou pessoas, inclusive casa de força.
- d. **Máquinas e equipamentos:** Custos de aquisição relativos a máquinas e equipamentos eletromecânicos do sistema de geração e transmissão da usina.
- e. **Reintegração acumulada:** Conta redutora do ativo imobilizado que agrupa os valores das depreciações registradas nas Consorciadas.

- f. Encargos financeiros BNDES:** Custos dos encargos financeiros dos financiamentos das máquinas e equipamentos destinados à implantação do empreendimento UHE Mauá, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, os quais compreendem os repasses indiretos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por intermédio do agente financeiro, Banco do Brasil, e os repasses diretos mediante a abertura de crédito com o BNDES. Tais valores contabilizados no imobilizado em andamento a título de Encargos Financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE Mauá estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).
- g. Depreciação:** As Consorciadas (Copel e Eletrosul) consideram que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão do empreendimento UHE Mauá, do valor residual dos bens que integram o projeto original. Esta interpretação esta fundamentada na lei nº 8.987/95 e no Decreto nº 2.003/96. Dessa forma a partir da entrada em operação desses ativos a depreciação é realizada com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão. Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados serão indenizados ao final do prazo das concessões, logo estes ativos serão depreciados com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

As depreciações contabilizadas nas Consorciadas são registradas na Entidade na rubrica “Reintegração acumulada”, conta redutora do Ativo Imobilizado, e em contrapartida na rubrica “Quotas de Consorciadas”.

h. Movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.03.2016
Imobilizado em serviço:					
Terrenos	151.920	-	-	-	151.920
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	-	-	-	825.172
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	-	-	-	229.669
Maquinas e equipamentos	524.235	-	-	-	524.235
Móveis e utensílios	1.058	-	-	-	1.058
(-) Depreciação acumulada	<u>(175.604)</u>	<u>(14.860)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(190.464)</u>
	<u>1.556.450</u>	<u>(14.860)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.541.590</u>

As adições no imobilizado em serviço referem-se aos valores das depreciações registradas nas Consorciadas.

9 Intangível

	31.03.2016		31.12.2015	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Copel Geração e Transmissão S.A.	12.905	(1.450)	11.455	11.564
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	12.352	(1.388)	10.964	11.068
	25.257	(2.838)	22.419	22.632

Valores da outorga onerosa da concessão, relativos ao uso de bem público, demonstrados ao custo amortizado. Os valores foram ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

10 Fornecedores

	31.03.2016	31.12.2015
Copel Geração e Transmissão S.A.	27.386	28.701
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	26.699	27.963
	54.085	56.664

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas das aquisições realizadas por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas.

11 Débitos com Consorciadas

	31.03.2016	31.12.2015
Copel Geração e Transmissão S.A.	44.621	43.096
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	42.871	41.406
	87.492	84.502

Os valores contabilizados nesta rubrica se referem ao montante relativo ao aporte de caixa efetuado pelas Consorciadas para composição do fundo fixo do Consórcio, reembolsado mediante apresentação dos comprovantes de pagamentos.

12 Débitos entre Consorciadas

	31.03.2016	31.12.2015
Adiantamentos Copel Geração e Transmissão S.A.	13.428	3.171
Adiantamentos Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	3.572	2.482
	17.000	5.653

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas decorrentes das aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como registram gastos efetuados pelas Consorciadas no empreendimento

UHE Mauá que farão parte do encontro de contas. No ativo circulante constam os mesmos valores contabilizados em “Créditos entre Consorciadas” até que tais créditos sejam liquidados.

13 Condições de financiamento do empreendimento

O custo total do empreendimento UHE Mauá, constante no Contrato de Repasses de Recursos do BNDES celebrado com o Banco do Brasil, compreende o montante de R\$ 1.069.876 e está distribuído da seguinte forma entre as Consorciadas:

	Eletrosul	Copel	Total
FINANCIAMENTO BNDES			
Recursos diretos - BNDES	182.508	169.586	352.094
Recursos indiretos - Banco do Brasil S.A.	<u>182.508</u>	<u>169.618</u>	<u>352.126</u>
Total financiamento recursos BNDES	<u>365.016</u>	<u>339.204</u>	<u>704.220</u>
Recursos próprios	<u>159.216</u>	<u>206.440</u>	<u>365.656</u>
Total	<u><u>524.232</u></u>	<u><u>545.644</u></u>	<u><u>1.069.876</u></u>

O pagamento de principal do contrato de financiamento iniciou em março de 2013, exigível mensalmente. Os encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos pelas Consorciadas de recursos diretos e indiretos com o BNDES são contabilizados no Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, sendo compostos pelos montantes de juros incidentes sobre o saldo devedor, vinculados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Em 31 de março de 2016, os saldos remanescentes a pagar referentes aos encargos financeiros e da amortização do principal compreendem os seguintes montantes:

31.03.2016				
	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Encargos	Principal	Principal	Total
Financiamentos BNDES - Copel	915	22.903	248.111	271.929
Financiamentos BNDES - Eletrosul	<u>996</u>	<u>24.629</u>	<u>267.005</u>	<u>292.630</u>
	<u>1.911</u>	<u>47.532</u>	<u>515.116</u>	<u>564.559</u>
31.12.2015				
	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Encargos	Principal	Principal	Total
Financiamentos BNDES - Copel	931	22.822	252.941	276.694
Financiamentos BNDES - Eletrosul	<u>1.013</u>	<u>24.549</u>	<u>272.202</u>	<u>297.764</u>
	<u>1.944</u>	<u>47.371</u>	<u>525.143</u>	<u>574.458</u>

14 Concessão a pagar / Intangível de Concessão

	Circulante		Não circulante	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Copel Geração e Transmissão S.A	1.109	1.075	14.751	14.363
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	1.098	1.064	11.822	11.499
	2.207	2.139	26.573	25.862

O Consórcio tem contrato de concessão oneroso com a União para o uso do bem público para a geração de energia elétrica na usina UHE Mauá. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Entidade ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

As Consorciadas recolhem à UNIÃO desde a data de entrada em operação comercial da UHE, ocorrida em novembro de 2012, até o 35º ano de concessão inclusive, contados da data de assinatura do contrato de concessão ou enquanto estiver na exploração da UHE, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 1.262.

15 Provisão para contingências

	31.03.2016	31.12.2015
Copel Geração e Transmissão S.A.	24.657	23.390
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	23.690	22.473
	48.347	45.863

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul é parte em ações judiciais envolvendo questões ambientais, relacionadas principalmente à desapropriação de áreas mediante a interposição de medidas judiciais. Os encargos de provisão são reconhecidos nas rubricas "Créditos das consorciadas" e "Provisões para contingências". Na opinião da Administração, com base na posição dos conselheiros, após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de março de 2016.

Ações de risco possível

O Consórcio possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível no montante de R\$ 408.016. A principal discussão refere-se à ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, no montante de R\$ 256.394, de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., a qual foi cadastrada em 30 de junho de 2011. A requerente alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e afirma que com a concessão de Lavra obtida tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da usina.

16 Quotas de Consorciadas

	31.03.2016	31.12.2015
Copel Geração e Transmissão S.A	775.842	783.316
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	788.167	795.766
	1.564.009	1.579.082


Agrupam o ativo imobilizado em serviço e intangível na proporcionalidade da participação das Consorciadas no Consórcio Energético Cruzzeiros do Sul, não se aplicando a respectiva proporcionalidade aos:

- Valores contabilizados a título de Encargos Financeiros dos Financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE Mauá, que estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).
- Valores contabilizados a título de Máquinas e Equipamentos em função das Consorciadas estarem utilizando critérios diferentes no crédito do PIS/COFINS sobre as aquisições.

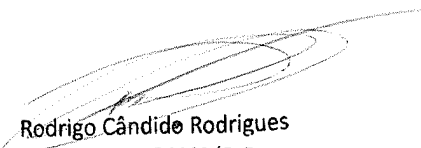
17 Cobertura de seguros

Modalidade / Riscos cobertos	Vigência	Franquia máxima - R\$	Montante da cobertura - R\$
Riscos operacionais			
Danos Materiais	23.11.2012 a 23.11.2016	5.000	342.139
Despesas de Salvamento e contenção de sinistros	23.11.2012 a 23.11.2016	1.000	17.107
Alagamento /Inundação	23.11.2012 a 23.11.2016	1.000	17.107
Desentulho/Remoção de escombros	23.11.2012 a 23.11.2016	-	5.000
Pequenas obras de engenharia para reparos, reformas e ampliação	23.11.2012 a 23.11.2016	1.000	17.107
Roubo e/ou furto qualificado de bens	23.11.2012 a 23.11.2016	-	5.000
Tumultos, greves, lock-out, comoção civil e atos dolosos	23.11.2012 a 23.11.2016	1.000	17.107
Honorários de peritos	23.11.2012 a 23.11.2016	-	1.000
Despesas extraordinárias	23.11.2012 a 23.11.2016	1.000	11.750

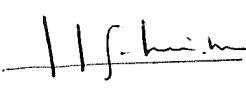
Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros de bens do ativo imobilizado e decorrentes das obras de construção da UHE Mauá.



Luiz Fernando Prates de Oliveira
 Superintendente Geral
 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul



Rodrigo Cândido Rodrigues
 CRC PR-056403/O-5



José Henrique do Rosário Schreiner
 Superintendente Administrativo-Financeiro
 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS